

FHOUTINE MARIE REIS SOUTO

DIAGNÓSTICOS, AMPUTAÇÕES E TRATAMENTOS PALIATIVOS

Terrorismo e dispositivos de exceção nas democracias contemporâneas

Relatório parcial de pesquisa
de doutorado sob orientação
do Prof. Dr. Edson Passetti

PUCSP

1/2013

If it's not love, then it's the bomb that will bring us together.

The Smiths

APRESENTAÇÃO

O texto a seguir traz uma apresentação da pesquisa de doutorado em andamento sob o título provisório “DIAGNÓSTICOS, AMPUTAÇÕES E TRATAMENTOS PALIATIVOS - Terrorismo e dispositivos de exceção nas democracias contemporâneas”. Partindo de uma introdução sobre o câncer – descrevendo as principais características, sintomas e tratamentos da doença a proposta aqui apresentada é pensar os terrorismos contemporâneos como câncer: pequenas células que se agrupam de maneira invisível e que muitas vezes podem explodir em grandes tumores, enquanto em outras tem uma existência sub-reptícia, porém com potencial igualmente destruidor. Terroristas como os caranguejos da origem da palavra: um animal capaz de se agarrar com tenacidade. Nesse sentido, as medidas de combate à ameaça terrorista se dão da mesma forma que a prevenção e tratamento do câncer: exames cada vez mais minuciosos sobre as condutas das populações e um controle que passa a incidir não apenas sobre o corpo doente, mas sobre a vida em geral na forma de dispositivos de exceção e monitoramentos contínuos. Mesmo sob cerco contínuo, a doença que resiste para além da morte, que se agarra, a despeito de todas as amputações e tratamentos paliativos ao qual o corpo é submetido.

INTRODUÇÃO

Câncer é uma doença caracterizada pela proliferação descontrolada de células, o que leva à formação de um tecido anormal: o tumor. A disseminação de células cancerosas para outras regiões do corpo e formação de tumores secundários é chamada de metástase.

Em um organismo saudável há equilíbrio entre o número de células mortas e a proliferação de novas células, o que garante a integridade de tecidos e órgãos. Entretanto, mutações no DNA podem perturbar os processos, levando à formação de tumores benignos (que não se espalham) e malignos (câncer).

A formação do câncer pode ser induzida por fatores internos (herança genética) ou externos (exposição a agentes cancerígenos, hábitos alimentares) ou por ambos simultaneamente. Na maioria das vezes, a doença está associada a fatores ambientais, como o tabagismo, exposição aos raios solares e a infecções virais.

O desenvolvimento do câncer ocorre lentamente. No primeiro estágio, células sofrem o efeito de agentes cancerígenos que alteram seus genes. No estágio de promoção, elas são transformadas em células cancerosas após o contínuo e longo contato com o agente cancerígeno. **No estágio final, o estágio da progressão, ocorre a multiplicação celular descontrolada e irreversível.** É quando surgem os primeiros sintomas.

A doença pode ocorrer em qualquer tecido do corpo.

O nome desta doença deriva da palavra latina para caranguejo, **um animal capaz de se agarrar com tenacidade** a outros animais por causa de suas patas, que têm uma enorme capacidade de se grudar às presas. Curiosamente, estudos recentes demonstraram que os microtentáculos formados pelas células cancerosas podem desempenhar um papel fundamental na metástase. Ao formar estas estruturas, as células cancerosas se desgrudam do tumor primário e passam a circular no sangue como barcos a remo até encontrar um novo tecido.

Atualmente, milhares de dólares são investidos em pesquisas para o desenvolvimento de novos medicamentos contra o câncer. Uma abordagem bastante promissora é a nanomedicina, que consiste na manipulação de nanopartículas (moléculas 90 mil vezes menores do que a espessura de um fio de cabelo) para a entrega de fármacos apenas às células cancerosas. Outra abordagem é a utilização **de vírus reprogramados para encontrar, modificar e destruir as células do câncer.**

A alimentação pode diminuir o risco de uma pessoa desenvolver o câncer. Sabe-se, por exemplo, que o consumo frequente de carne bem passada pode aumentar as chances de câncer de bexiga. A ingestão de álcool durante a gravidez aumenta o risco de o filho desenvolver leucemia no futuro. Farelo de trigo, rico em vitamina B6, pode reduzir o risco de câncer de pulmão pela metade. Azeite de oliva e suplementos de óleo de peixe protegem contra o câncer de mama.

Para o tratamento do câncer a cirurgia, quimioterapia, radioterapia e hormonioterapia podem ser realizadas de forma isolada ou em combinação.

Diferentes motivos fazem do câncer o insuportável. O câncer mata, mutila, deforma. O câncer fede. O câncer causa dores insuportáveis. Produz para o doente um estigma e para a família, um sofrimento partilhado. O câncer aprisiona e restringe a liberdade do doente, que de forma reativa se dispõe escravizar e tyrannizar as companhias mais próximas. Os tratamentos para o câncer são caros, longos, invasivos, deixam marcas e muitas vezes são ineficazes. **Não existe cura para o câncer. O câncer requer prevenção e controle permanentes. Uma vigilância perpétua sobre os outros e sobre si mesmo.** Contudo, a medicina ainda não conseguiu precisar o que faz com que uma pessoa tenha câncer e outra não. Tampouco conseguiu desenvolver uma vacina para impedir sua manifestação. Ele surge independente de todo o governo das condutas, em pessoas de todas as idades, em todos os lugares, em todas as idades. Ele resiste, mesmo diante dos melhores prognósticos e cuidados. O insuportável do câncer é ser uma ameaça invisível, permanente, insolúvel e na melhor das hipóteses, apenas controlável.

A mais antiga forma de lidar com o câncer é extirpar o tumor e, não raro, os tecidos em seu entorno, um órgão inteiro ou parte do corpo. Procedimento por

identificação e eliminação da ameaça, que, por *garantia*, elimina também partes saudáveis do corpo do enfermo. Os avanços da ciência no campo da genética permitem hoje identificar maior predisposição para o desenvolvimento de cânceres, o que abriu caminho para a mutilação preventiva.

A cirurgia frequentemente é combinada com quimio e radioterapia, métodos que causam ao corpo sofrimentos por vezes mais intensos e que, além disso, danificam e destroem outras partes do corpo até então sadias. Esses tratamentos auxiliares causam enjoos, vômitos, perda de cabelo, manchas na pele, queimaduras e amolecimento dos tecidos. Danos colaterais, previstos pelos médicos e aceitos pelos doentes como algo inerente e inevitável, inseridos dentro de uma lógica cristã de que é preciso o sacrifício sangrento para a redenção.

Os médicos afirmam que para prevenir a incidência do câncer, mudanças nos hábitos são fundamentais. Essas auxiliam também no combate da doença. Corta-se o que é considerado fator que aumenta o risco de incidência (o tabagismo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o sexo desprotegido) – que devem ser substituídos por hábitos *saudáveis*: a prática regular de atividades físicas e uma alimentação balanceada são recomendados – embora no tocante ao consumo de alimentos industrializados se receite a moderação, não a abolição.

O câncer requer batalhas que não podem ser vencidas e no entanto não podem deixar de ser travadas. A imprevisibilidade do câncer faz com que as intervenções sejam desejadas, por piores que elas sejam e que a profilaxia, se torne uma parte da vida, ainda que a liberdade seja posta de lado em nome da preservação de uma vida que não se permite viver.

PROBLEMA DE PESQUISA

Por muito tempo, um dos privilégios do poder soberano fora o direito de vida e morte. Conforme explica Foucault, “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilegio de se apoderar da vida para suprimi-la” (1988). Entretanto, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação profunda desses mecanismos de poder, que daí por diante se destinava a produzir forças e fazê-las crescer, bem mais do que barra-las ou destruí-las: um poder que passa a se ocupar de gerir a vida. Observa-se, pois, a transformação da guerra, que passam a ser travadas não mais em nome de um soberano, mas em nome da existência de todos. Nesse sentido, “os massacres se tornam vitais”.

Para além da guerra e do sistema de punições, o poder sobre a vida passa a se organizar, a partir do século XVIII em torno de dois polos: as disciplinas do corpo e a regulação da população. Desenvolvem-se na época clássica numerosas técnicas para a sujeição do corpo, como a observação de taxas de natalidade, longevidade, habitação, migração e, para o que nos interessa nesse momento, a preocupação com a saúde pública. Este biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, posto que tais técnicas se incumbiram dos corpos individuais para lhes aumentar a força útil através do exercício e do treinamento ao mesmo tempo em que o corpo-espécie era alvo de investimentos para o controle de processos característicos da vida, como nascimento, sexo, doença e morte: a biopolítica da espécie humana. Nesse cenário, a doença como fenômeno de população não é mais a “a morte que se abate brutalmente sobre a vida”, mas algo que a corrói, diminui e enfraquece.

Mais do que a cura, a doença requer prevenção. O câncer, como doença limite, vira alvo de prevenções múltiplas para o seu aparecimento – estímulo a uma dieta “saudável” e prática de exercícios e campanhas contra o tabagismo. O câncer, este insuportável, requer práticas de gerenciamento, requer regulamentações. No lugar do estigma do moribundo surge o paciente ativo e produtivo em uma sobrevida marcada

por uma ampla gama de direitos. Se não há prevenção ou cura possível, há sempre a possibilidade dos cuidados paliativos.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer, quando “doença já se apresenta em estágio avançado ou evolui para esta condição mesmo durante o tratamento com intenção curativa, **a abordagem paliativa deve entrar em cena no manejo dos sintomas de difícil controle** e de alguns aspectos psicossociais associados à doença. Na fase terminal, em que o paciente tem pouco tempo de vida, o tratamento paliativo se impõe para, através de seus procedimentos, **garantir qualidade de vida**”. Uma vez que esse novo campo do poder sobre a vida não consiste apenas em organizar a vida, mas, no limite, fazer com que o indivíduo viva mesmo além de sua morte.

Os atentados de 11 de Setembro reconfiguraram os terrorismos do século XXI como a principal ameaça à segurança internacional do pós-Guerra Fria. O terrorismo – tecido canceroso, mal secreto secretado pelo Estado e que se volta contra o mesmo, corroendo e provocando tumores, pestilências, carnificinas e incômodos diversos - sempre foi o insuportável. Como o câncer, os terrorismos são múltiplos e não podem ser previstos.

Diante das mais diversas intervenções, da extirpação/extermínio às terapias de controle, o que resta em ambos os casos são os tratamentos paliativos e danos colaterais, como o *USA Patriot Act* ou tendência internacional de criar instrumentos legislativos específicos para o combate ao terrorismo. Mais do que uma novidade introduzida pela guerra ao terror, a constatação de no estado democrático de direito há dispositivos que permitem anular todo o estatuto jurídico do indivíduo nos revela algo que é parte constitutiva do Estado: a vigilância e o controle permanente para conjurar antecipadamente qualquer ameaça à sua ordem e existência.

Aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 26 de outubro de 2001, a lei batizada como *USA Patriot Act* (Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act, algo como Ato de Unir e Fortalecer a América Providenciando Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo) concede poderes excepcionais à polícia e ao serviço

secreto, como a possibilidade de fazer escutas telefônicas, violar a correspondência e as comunicações pela Internet, invadir domicílios, deter cidadãos e promover interrogatórios sem a necessidade de autorização judicial prévia, mas por meio de “mandados em regime especial”. A lei também autoriza a detenção, deportação e prisão incomunicável de cidadãos considerados suspeitos de terrorismo, o que é pior no caso de estrangeiros, que podem vir a ser presos por tempo indeterminado sem uma acusação formal. Embora tenha sido aprovada sob o forte impacto dos atentados ao World Trade Center e Pentágono, dez anos depois a lei continua em vigor. Em 25 de maio de 2011 o presidente Barack Obama sancionou a extensão da lei por mais quatro anos, alegando que ela constitui uma importante ferramenta para o enfrentamento da ameaça terrorista. A expiração da lei não interromperia as investigações em curso, mas impediria o início de novas investigações dentro dos parâmetros da Lei Patriótica.

O recrudescimento relativo às liberdades civis expresso no *USA Patriot Act* somado às áreas de indeterminação jurídica como Guantánamo e outras prisões secretas mantidas pela CIA (*black sites*) fora dos Estados Unidos remetem à reflexão de Walter Benjamin sobre o Estado de Exceção nos anos 1940, retomada por Giorgio Agamben (2003). Benjamin afirmava que naquele contexto histórico em que se presenciava a ascensão dos regimes nazifascistas na Europa, o “estado de exceção”, regime jurídico caracterizado pela suspensão do próprio direito. Se as formulações de Benjamin vieram à luz no contexto de um regime totalitário, a novidade aqui introduzida é a suspensão do direito se dá hoje em pleno estado democrático, mantendo dispositivos que permitem anular todo o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo-se um ser “juridicamente inominável e inclassificável”, a redução sinistra da vida humana à *vida nua*.

Sobre esta reflexão, Loïc Wacquant (2003) acrescenta que o 11 de Setembro funcionou como um “acontecimento-catalisador” que ajudou a colocar em marcha tendências há muito tempo presentes na política estadunidense (como a estratégia de autodefesa preventiva defendida pelos *think tanks* neoconservadores décadas antes dos atentados). A partir dos atentados de 11 de Setembro a política externa estadunidense toma para si a responsabilidade de cuidar do planeta, o que pressupõe maior controle e vigilância sobre os fluxos de informações e liberdades individuais. O estado de exceção é agora exercido em escala global, travestido pelo discurso da segurança e prevenção.

Se de um lado temos um redimensionamento na guerra, que faz com que a negociação e a gestão política dos conflitos seja substituída por um novo terror de Estado que regulamentado na forma de estado de sítio, de outro, os dispositivos para cerceamento das liberdades, controle e vigilância encontram um complemento via criação de mais e mais direitos sob a ética da tolerância.

No mundo pós 11 de Setembro terrorismos e terroristas parecem surgir contraposição ao modelo ocidental e civilizado que reivindica para si a nobreza de suas próprias brutalidades legítimas, que são realizadas via Estados e organizações internacionais. Um câncer pode surgir agora em qualquer parte do planeta. Se proliferam os instrumentos de diagnóstico na forma de cada vez mais vigilância sobre os fluxos de pessoas e informações, bem como as tentativas de interceptar a doença antes que as células malignas se proliferem, o combate à ameaça terrorista se dará por meio de intervenções e programas de segurança sem a possibilidade de saber quando a missão está terminada. Esta não conhece nem vitória, nem derrota, mas apenas graus de eficácia e de sucesso. Tal como o câncer, a ameaça do eterno retorno permanece como o fantasmagórico tecido extirpado, insuportável porque, desafiando todos os métodos de diagnóstico e tratamento, permanece.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma perspectiva analítica com base na obra de Michel Foucault, considerando não relações de causalidade, mas o como do poder e sua capilaridade cotidiana. O terrorismo no século XXI, tido como o câncer da ordem mundial pós-Guerra Fria, alçado de fator de risco localizado para uma possibilidade global de metástases é algo de reflexões sobre algumas procedências: seu surgimento e histórico clínico (diagnóstico) - quando surge localizado dentro do corpo delimitado por fronteiras do Estado – à explosão de metástases, quando qualquer lugar é potencialmente alvo de seu aparecimento e explosão. A segunda parte da pesquisa se dedica ao estudo dos tratamentos aplicados à doença: as tentativas de eliminação das manifestações tumorais-terroristas por meio de extirpações, tratamentos paliativos e de controle dos corpos das populações diante da uma ameaça invisível e permanente de um mal sem cura.

O primeiro capítulo, que tem como título provisório “Prevenção e Diagnósticos” introduz o debate sobre o estado de exceção por meio de uma revisão da literatura sobre o tema – La Boétie, Maquiavel, Proudhon, Foucault, Hannah Arendt, Hardt e Negri, Agamben e Carl Schmitt.

No segundo capítulo, intitulado no momento de “Tumores Primários” discorre sobre terrorismos no século XXI, passando por uma breve introdução sobre a gênese do termo. Ações terroristas que se deslocam de um método de controle da população usado na consolidação das revoluções francesa e russa para para formas de resistência de indivíduos que se insurgem contra o Estado. Grupos de luta armada na América do Sul em contraposição aos regimes autoritários que proliferaram no continente a partir da década de 1960 e organizações separatistas e terrorismos europeus, manifestações de um tipo de ameaça ainda delimitada e circunscrita ao Estado-nação.

A passagem para o terceiro capítulo se refere ao terrorismo como um fenômeno que aparentava estar entrando em declínio a partir do encerramento da Guerra Fria,

ficando restrito apenas ao Oriente Médio. Apresenta-se neste capítulo intitulado “Metástases” faz-se uma recuperação da história política daquela região; acordos pós Primeira Guerra de partilha da região a partir da divisão dos espólios do Império Otomano, os mandatos britânicos na Palestina, criação do Estado de Israel e as normativas da ONU para a região. Nesse contexto identificamos o surgimento de grupos de resistência palestina que se tornariam internacionalmente conhecidos como terroristas a partir de atentados realizados fora do Oriente Médio, como o sequestro e assassinato da delegação de atletas israelenses nos jogos olímpicos de Berlim. Essas formulações são seguidas pela emergência de um discurso nos últimos anos da Guerra Fria de que no lugar do avanço soviético, o terrorismo transnacional passaria a constituir a maior ameaça para a segurança internacional. O capítulo deverá conter também a relação das principais organizações terroristas na atualidade (segundo dados de agências internacionais e governo estadunidense) a partir dos atentados de 11 de Setembro de 2001.

Na segunda parte da pesquisa, composta pelos capítulos IV e V, respectivamente sob os títulos provisórios de “Remoções cirúrgicas e tratamentos paliativos” e “Sobrevida: controles contínuos”, respectivamente. Abordar-se-á como após os atentados ao World Trade a noção de terrorismo tem sido juridicamente alargada para abarcar um número cada vez maior de grupos e indivíduos perigosos, aqueles que representam um risco à segurança da sociedade e do planeta. A produção de um discurso estatal e transnacional que justifica o uso da autodefesa antecipada e dispositivos de exceção dentro dos regimes democráticos.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Os atentados de 11 de Setembro recolocaram o terrorismo como um problema internacional, saindo do território circunscrito do Estado-nação para poder ocorrer em qualquer lugar e de formas até então não imaginadas: o corpo que se torna uma bomba, o avião que se transforma em um míssil. Portanto, o combate a este problema transnacional passaria a ser igualmente transnacional e todos seriam convocados a fazer parte.

A guerra contra o terrorismo internacional, agora viabilizada por um discurso de defesa da liberdade e do modo de vida democrático ocidental tem sido acompanhada por lento, porém maciço, avanço dos dispositivos de controle e vigilância que atravessam os regimes democráticos ocidentais nas últimas décadas do século XX e que encontram nos atentados seu ponto de inflexão. Políticas de cunho fascista que estavam diluídas na postura militaristas dos *think tanks* neoconservadores e que encontram no calor dos impactos do 11 de Setembro sua justificação e se recolocam nos espaços de discussão pública sem a possibilidade de contestação, como a possibilidade de legalizar a tortura para conseguir informações que ajudassem a prevenir novos atos terroristas (não esqueçamos que as informações que levaram à morte de Osama Bin Laden foram obtidas dessa forma).

Como um corpo uma vez atingido pelo câncer, todos os territórios passam a ser alvo de minuciosos escrutínios para tentar evitar o aparecimento de recidivas, novos tumores ou metástases. E tal como no tratamento do câncer, a vigilância e o controle pelo corpo a partir deste momento se tornam cada vez mais invasivos, tudo em nome da prevenção.

O terrorismo no século XXI – transnacional, religioso e revestido de uma atitude cínica, ao mesmo tempo elite e marginal, que não busca adaptar-se ou conciliação -

coloca para a ordem internacional dos estados o problema do ingovernável, que tal como o câncer constitui um perigo pela ausência de controle ou eliminação total, pela sua capacidade de recidivar. No tratamento do câncer não há protocolos ou receitas infalíveis. A todo momento se recorrem a táticas combinadas que visam localizar e combater, conjurar a possibilidade de novos tumores e metástases. O câncer é o ingovernável na medida em que mesmo nos processos mais brutais de tratamento – as extirpações – pequenas células podem resistir e escapar aos exames mais modernos e detalhistas. Câncer é o que escapa, o que destrói e o que resiste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção: Homo Sacer II*. São Paulo: Boitempo, 2004.

DEGENSZAJN, André Raichelis. *Terrorismos e terroristas*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. São Paulo: PUC/SP, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.3*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade Vol.1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GROS, Frédéric. *Estados de Violência: ensaios sobre o fim da guerra*. Editora Ideias e Letras: Aparecida-SP, 2009.

RAMUS, Gustavo e UEHARA, Luiza. “Saúde!” in *VERVE: Revista Semestral do NUSOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº22 (Outubro2012)*. São Paulo: 2012.

Portal do Instituto Nacional do Câncer (INCA)
<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/inca/portal/home>

WACQUANT, Loïc. “Um acontecimento catalizador: postscriptum sobre o 11 de setembro” in LINS, Daniel & WACQUANT, Loïc (orgs). *Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder*. Campinas, SP: Papirus, 2003.